

O CD deliberou aprovar.

Ao CD, para aprovação.

2024.12.11

A Vogal do CD

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DETEÇÃO DE  
INTRUSÃO E ALARME PARA IMÓVEIS DO PATRIMÓNIO  
IMOBILIÁRIO DO IGFSS**

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 2124000100**

## ÍNDICE

CLÁUSULA 1.ª – OBJETO.....	2
CLÁUSULA 2.ª – CONTRATO .....	2
CLÁUSULA 3.ª – PRAZO DE VIGÊNCIA.....	2
CLÁUSULA 4.ª – PREÇO BASE .....	3
CLÁUSULA 5.ª – PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	3
CLÁUSULA 6.ª – OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO.....	4
CLÁUSULA 7.ª – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	4
CLÁUSULA 8.ª – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE .....	5
CLÁUSULA 9.ª – GESTOR DO CONTRATO DO IGFSS.....	6
CLÁUSULA 10.ª – SANÇÕES.....	6
CLÁUSULA 11.ª – MONITORIZAÇÃO DA LOCAÇÃO.....	7
CLÁUSULA 12.ª – FORÇA MAIOR.....	7
CLÁUSULA 13.ª – COMPROMISSO AMBIENTAL.....	8
CLÁUSULA 14.ª – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	8
CLÁUSULA 15.ª – CONTAGEM DOS PRAZOS.....	8
CLÁUSULA 16.ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	8
CLÁUSULA 17.ª – FORO COMPETENTE.....	8
CLÁUSULA 18.ª – DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INTRUSÃO E ALARMES.....	8
CLÁUSULA 19.ª – PRAZO DE EXECUÇÃO.....	9
CLÁUSULA 20.ª – REUNIÕES E RELATORIOS .....	10
CLÁUSULA 21.ª - DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA.....	10

**CADERNO DE ENCARGOS****CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 2124000100****LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO E ALARME PARA IMÓVEIS DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO IGFSS****PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS****CLÁUSULA 1.ª – OBJETO**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por concurso público, com publicação no Diário da República (DRE) e Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), que tem por objeto a locação de equipamentos de deteção de intrusão e alarme para imóveis do património imobiliário do IGFSS, cuja características, especificações e requisitos técnicos constam nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos – Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a presente contratação tem a seguinte classificação: 31625300-6 - sistemas de alarme contra roubo.

**CLÁUSULA 2.ª – CONTRATO**

1. O contrato será reduzido a escrito e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - 2.1. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar nos termos do artigo 50.º do CCP;
  - 2.2. Os esclarecimentos, as alterações e as retificações relativas ao presente caderno de encargos, nos termos do artigo 50.º do CCP;
  - 2.3. O presente caderno de encargos e Anexo I;
  - 2.4. A proposta adjudicada;
  - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviço.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros pela ordem pela qual aí são indicados, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo prestador de serviço, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.

**CLÁUSULA 3.ª – PRAZO DE VIGÊNCIA**

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento terá início no dia seguinte à data da conclusão da instalação e operacionalização dos equipamentos de deteção de intrusão e alarme identificados pelo IGFSS, nos termos da cláusula 19.ª do presente caderno de encargos e mantém-se em vigor pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, em conformidade com os termos e condições do presente caderno de encargos e sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido no número um da cláusula 4.ª, o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.

3. O contrato a celebrar cessa automaticamente quando atingido o preço contratual.
4. Caso os alarmes a disponibilizar nos termos do número um sejam devolvidos pelo IGFSS ao locatário antes do fim do período de vigência do contrato a celebrar, o locatário terá direito apenas ao pagamento do preço correspondente ao período de utilização dos mesmos.

#### **CLÁUSULA 4.ª – PREÇO BASE**

1. Os preços unitários bases mensais, por tipologia de equipamento de deteção de intrusão e alarme o presente procedimento, nos termos e para efeitos do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, são:
  - 1.1. Equipamento de intrusão e alarme Tipo 1 – 110,00 EUR (Cento e dez euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor;
  - 1.2. Equipamento de intrusão e alarme Tipo 2 – 120,00 EUR (Cento e vinte euros) ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor;
  - 1.3. Equipamento de intrusão e alarme Tipo 3 – 130,00 EUR (Cento e trinta euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.
2. O montante máximo é de 315.000,00 EUR (trezentos e quinze mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, que o IGFSS se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
3. Os preços referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IGFSS, nomeadamente: os salários, as despesas de alojamento, deslocações e alimentação, comunicações, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, as rondas, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, em que o cocontratante haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente caderno de encargos e do contrato.
4. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com o objeto do contrato de locação a celebrar e que decorram da normal execução do mesmo, mas que não estejam especialmente previstas e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.

#### **CLÁUSULA 5.ª – PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. Pela locação dos equipamentos objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o IGFSS, I.P. deve pagar ao locatário, os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. As quantias devidas, mensalmente, pelo IGFSS, nos termos do artigo anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da fatura, em função do número de alarmes instalados/disponibilizados, não podendo ocorrer quaisquer adiantamentos por conta dos equipamentos a fornecer, devendo esta ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos, que permitam a sua conferência, atendendo as seguintes condições:
  - 2.1. Disponibilização de alarme por um período inferior a 15 dias de calendário consecutivos - as quantias devidas são calculadas em função do número de alarmes X número de dias de disponibilização X preço unitário/dia;
  - 2.2. Disponibilização de alarme por um período superior a 15 dias de calendário consecutivos - as quantias devidas são calculadas em função do número de alarmes X número de meses de disponibilização X preço unitário/mês (mensalidade).
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida, caso o IGFSS não haja rejeitado os serviços nos termos estabelecidos nas Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos.
4. Em caso de discordância por parte do IGFSS quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao locatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas
5. As faturas deverão ser emitidas em nome do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., sito na Av. Manuel da Maia n.º 58, 1049-002 Lisboa, e encontram-se sujeitas ao cumprimento do disposto no artigo 299.º B do CCP. Para o efeito deve ser utilizado o sistema de faturação eletrónica disponibilizado pela eSPap, devendo identificar:

- 5.1. Objeto do contrato;
- 5.2. O número de contrato;
- 5.3. O número do compromisso;
- 5.4. Preço unitário por equipamento.
6. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas nos números anteriores da presente cláusula não autoriza o Locatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações, que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º CCP.
7. O atraso de pagamentos está sujeito ao estabelecido na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e no Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Em caso de atraso por parte do IGFSS no cumprimento das obrigações pecuniárias a que está vinculado, tem o locatário, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito.
10. Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado.

#### **CLÁUSULA 6.ª – OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicáveis, em especial no CCP, no presente caderno de encargos e nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o locatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais, a saber:
  - 1.1. Prestação de todos os serviços associados a locação objeto do presente procedimento, em perfeitas condições, com exclusão de todos os defeitos resultantes de fraude ou ação de terceiros por que não deva responder;
  - 1.2. Prestação contínua e ininterrupta da locação objeto do presente procedimento até ao termo de execução do contrato a celebrar;
  - 1.3. Cumprimento de toda a legislação em vigor no que concerne à locação objeto do presente procedimento;
  - 1.4. Locação dos equipamentos sem quaisquer ónus ou encargos que não seja o respetivo pagamento do preço.
2. A título acessório, o locatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios necessários e adequados à locação, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O IGFSS reserva-se ao direito de solicitar, em qualquer momento, documentação comprovativa do cumprimento de qualquer declaração, garantia ou requisito previstos no presente caderno de encargos, devendo o locatário fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

#### **CLÁUSULA 7.ª – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

1. O Locatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, sem prejuízo do cumprimento das obrigações legais ou regulamentares a que o prestador de serviços se encontre sujeito, designadamente:
  - 1.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
  - 1.2. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
  - 1.3. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

- 1.4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
  - 1.5. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
  - 1.6. Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
  - 1.7. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva, que preste serviços ao prestador de serviço, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o prestador de serviço e o referido colaborador;
  - 1.8. Assegurar, que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - 1.9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
  - 1.10. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
  - 1.11. Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir, que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
  - 1.12. Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.
2. O prestador de serviço será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA 8.ª – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

1. O locatário obriga-se a guardar sigilo e a tratar como confidencial toda a informação e documentação a que tenha acesso, no âmbito da execução do contrato, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros envolvidos na execução do contrato.
2. A informação e a documentação coberta pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o locatário seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, em especial, o locatário obriga-se:
  - a. A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e,
  - b. A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a considere como de acesso privilegiado.
5. No âmbito das obrigações referidas no número anterior, o locatário obriga-se a entregar ao IGFSS cópias das declarações de sigilo assinada pelos terceiros, que utilize diretamente na execução do contrato, nos termos da minuta constante do Anexo II do presente Caderno de Encargos.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidas às pessoas coletivas públicas.
7. O locatário assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que o IGFSS ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados.
8. O locatário garante, que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

#### CLÁUSULA 9.ª – GESTOR DO CONTRATO DO IGFSS

1. O gestor do contrato do IGFSS que acompanhará em permanência a execução deste, será um elemento do Departamento de Património Imobiliário.
2. A identificação nominal do gestor de contrato indicado no número anterior constará do texto contratual.
3. Caso se verifique, durante a execução do contrato, a substituição de gestor contratual, a sua indicação nominal será comunicada ao locatário, por escrito.

#### CLÁUSULA 10.ª – SANÇÕES

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o IGFSS pode exigir do locatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - 1.1. Pelo incumprimento do prazo de operacionalização, é aplicada uma sanção de 2% sobre o preço contratual por cada dia de atraso;
  - 1.2. Pelo incumprimento dos prazos para instalação/montagem de alarme:
    - 1.2.1. Se o prazo de execução for < **24 horas** :
      - 1.2.1.1. É aplicada uma sanção de 1% sobre o preço contratual por cada hora de atraso até ao limite de 5 horas seguidas;
      - 1.2.1.2. É aplicada uma sanção de 2% de desconto sobre o preço contratual por cada hora de atraso após as primeiras 5 horas de atraso.
    - 1.2.2. Se o prazo de execução for  $\geq 24 \text{ horas e } < 48 \text{ horas}$  :
      - 1.2.2.1. É aplicada uma sanção de 0,75% sobre o preço contratual por cada hora de atraso até ao limite de 5 horas seguidas;
      - 1.2.2.2. É aplicada uma sanção de 1% de desconto sobre o preço contratual por cada hora de atraso após as primeiras 5 horas de atraso.
    - 1.2.3. Se o prazo de execução for  $\geq 48 \text{ horas e } \leq 96 \text{ horas}$  :
      - 1.2.3.1. É aplicada uma sanção de 0,50% sobre o preço contratual por cada hora de atraso até ao limite de 5 horas seguidas;

1.2.3.2. É aplicada uma sanção de 0,75% de desconto sobre o preço contratual por cada hora de atraso após as primeiras 5 horas de atraso.

1.2.4. Se o prazo de execução for  $\geq 96$  horas:

1.2.4.1. É aplicada uma sanção de 1% sobre o preço contratual por cada hora de atraso até ao limite de 5 horas seguidas;

1.2.4.2. É aplicada uma sanção de 2% de desconto sobre o preço contratual por cada hora de atraso após as primeiras 5 horas de atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do locatário, o IGFSS pode aplicar-lhe uma sanção pecuniária de valor até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo locatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o IGFSS tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do locatário e as consequências do incumprimento.

#### **CLÁUSULA 11.ª – MONITORIZAÇÃO DA LOCAÇÃO**

A qualquer momento o IGFSS pode solicitar informação com vista à monitorização de qualidade da execução do contrato de locação de equipamento de intrusão e alarme e o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.

#### **CLÁUSULA 12.ª – FORÇA MAIOR**

1. Não podem ser impostas sanções ao locatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



**CLÁUSULA 13.ª – COMPROMISSO AMBIENTAL**

Na execução do contrato, o locatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que possa desempenhar, inerentes ao cumprimento da sua proposta.

**CLÁUSULA 14.ª – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. O locatário deverá informar o IGFSS das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a:
  - a. Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços;
  - b. Nome ou denominação social;
  - c. Endereço ou sede social;
  - d. Quaisquer outros fatores que alterem de modo significativo a sua situação.
3. Em sede de execução contratual, todas as comunicações são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a designar no contrato.
4. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
5. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação ..
6. As notificações e as comunicações, que sejam efetuadas através de correio eletrónico, fax ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, feitas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas no dia útil seguinte.

**CLÁUSULA 15.ª – CONTAGEM DOS PRAZOS**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**CLÁUSULA 16.ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

**CLÁUSULA 17.ª – FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

**PARTE II – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS****CLÁUSULA 18.ª – DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INTRUSÃO E ALARMES**

1. A locação de equipamentos de deteção de intrusão e alarme objeto do presente procedimento tem associadas as seguintes características e serviços:
  - 1.1. **Modelo de equipamento:** Sistema de alarme ligado a central de alarmes, sem necessidade de ligação à rede elétrica, com serviço de vídeo verificação de eventos de alarme e com vídeo detetor;
  - 1.2. **Tipologia:** Deverá ser disponível 3 tipos de sistema de acordo com a seguinte configuração:
    - 1.2.1. **Equipamento de intrusão e alarme Tipo I** – Equipamento Base;
    - 1.2.2. **Equipamento de intrusão e alarme Tipo II** – Equipamento Base + 1 equipamento adicional de registo de imagem;

**1.2.3. Equipamento intrusão e alarme Tipo III** – Equipamento Base + 2 equipamentos adicionais de registo de imagem.

1.2.3.1. Entende-se como Equipamento Base – equipamento constituído por uma central de intrusão com alerta sonoro, uma sirene exterior, um detetor de contacto de entrada (porta), um sistema de registo de imagem, e um sensor de movimento, sendo a localização destes 2 elementos definida em cada fração junto dos acessos que possam constituir maior risco.

1.3. **Locais de instalações:** Todo o território de Portugal Continental em imóveis ou frações devolutas que pertencem ao universo de imóveis do património imobiliário do IGFSS.

**1.4. Outros serviços associados:**

1.4.1. Instalação/montagem dos equipamentos de intrusão e alarme e respetiva nos locais Indicados pelo IGFSS;

1.4.2. Garantir o funcionamento e monitorização dos equipamentos de intrusão e alarme 24horas/365 dias;

1.4.3. Assegurar, mensalmente, uma ronda de vigilância em zonas (raio de 30 km) onde:

1.4.3.1. Se encontram instalados mais do que 5 equipamentos de intrusão e alarme;

1.4.3.2. Ocorram mais do que 2 ocorrências no mês anterior;

1.4.3.3. Seja detetado um elevado risco de intrusão.

1.4.4. Manutenção e assistência técnica aos equipamentos de intrusão e alarmes instalados e ativos.

1.5. **Quantidades:** No período de vigência do contrato que emerge do presente procedimento prevê-se o máximo de 100 equipamentos de intrusão e alarme, ativos em simultâneo, distribuídos por tipologia do seguinte modo:

1.5.1. **Equipamento de intrusão e alarme Tipo I** – 15 unidades;

1.5.2. **Equipamento de intrusão e alarme Tipo II** – 80 unidades;

1.5.3. **Equipamento de intrusão e alarme Tipo III** – 5 unidades.

1.6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o locatário para efeito de operacionalização do contrato, assegurar a disponibilização mínimo dos seguintes equipamentos:

1.6.1. **Equipamento de intrusão e alarme Tipo I** – 5 unidades;

1.6.2. **Equipamento de intrusão e alarme Tipo II** – 40 unidades;

1.6.3. **Equipamento de intrusão e alarme Tipo III** – 2 unidades.

2. No âmbito dos serviços de manutenção e assistência técnica, deverá o locatário comprovar a realização dos serviços, através de relatório de manutenção.

3. Para as ocorrências (entende-se deteção de intrusão efetiva), o locatário deverá assegurar a deslocação ao local de um vigilante e a comunicação as autoridades competentes. Nestas situações, o locatário deverá assegurar a reativação do equipamento após a conclusão das diligências das autoridades.

## CLÁUSULA 19.ª – PRAZO DE EXECUÇÃO

1. O locatário deverá assegurar a operacionalização do contrato que emerge do presente procedimento, num prazo máximo de 30 dias de calendário a contar da data de outorga do Contrato.

2. Para efeitos de operacionalização, o locatário deverá:

2.1. Proceder a instalação e montagens dos equipamentos de intrusão e alarmes identificados pelo IGFSS, na primeira reunião de trabalho, como prioritários;

2.2. Garantir a ativação simultânea de todos os equipamentos de intrusão e alarmes instalados identificados pelo IGFSS como prioritários;

- 2.3. Notificar o IGFSS da conclusão da operacionalização, com a apresentação do respetivo relatório, data em que começará a contar a vigência do contrato.
3. Em sede de execução de contrato, o locatário deverá, em função do risco de intrusão, fornecer e instalar/montar os equipamentos de intrusão e alarmes solicitados nos seguintes prazos:
  - 3.1. **Risco muito elevado:**
    - 3.1.1. Num prazo máximo de 12 horas para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (NUTS III);
    - 3.1.2. Num prazo de 24 horas para as restantes unidades do NUTS III.
  - 3.2. **Risco elevado:**
    - 3.2.1. Num prazo máximo de 24 horas para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (NUTS III);
    - 3.2.2. Num prazo de 72 horas para as restantes unidades do NUTS III.
  - 3.3. **Risco normal:**
    - 3.3.1. Num prazo máximo de 48 horas para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (NUTS III);
    - 3.3.2. Num prazo de 96 horas para as restantes unidades do NUTS III.
4. O locatário deverá, para proceder a instalação e montagem dos equipamentos de intrusão e alarmes, bem como, a manutenção e assistência, efetuar a recolha das chaves das frações e /ou imóveis nos seguintes locais:
  - 4.1. No DPI – Direção de Gestão de Imóveis Norte, sediado na Avenida da Boavista, n.º 900, no Porto, para as frações e /ou imóveis da área geográfica de Viana do Castelo, Braga, Bragança, Vila Real, Porto, Viseu, Guarda, Aveiro, Coimbra, Leiria e Castelo Branco;
  - 4.2. No DPI – Direção de Gestão de Imóveis Sul: sediado na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, para as frações e /ou imóveis da área geográfica Santarém, Portalegre, Lisboa, Évora, Setúbal, Beja e Faro.

#### CLÁUSULA 20.ª – REUNIÕES E RELATORIOS

1. No âmbito do contrato que emerge do presente procedimento deverão ser realizadas as seguintes reuniões:
  - 1.1. Reunião de operacionalização: num prazo de 10 dias a contar da data de outorga do contrato;
  - 1.2. Reuniões trimestrais;
  - 1.3. Reunião de conclusão da operação, que deverá ocorrer 45 dias antes do termo da vigência do contrato.
2. No âmbito da locação dos equipamentos de intrusão e alarme, o locatário deverão apresentar:
  - 2.1. Relatório mensal com a lista dos alarmes instalados, por tipologia e localização.;
  - 2.2. Relatório de ocorrência para cada situação, com o detalhe da ocorrências e das diligências efetuadas, bem como, o registo da presença das autoridades competentes.
3. Sem prejuízo do disposto no número um da presente cláusula, o IGFSS e o locatário, poderão agendar reuniões de trabalho que se revele necessárias a boa execução do contrato.

#### CLÁUSULA 21.ª - DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA

O IGFSS e o locatário estão vinculados pelo dever de colaboração mútua, designadamente no que respeita à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato a celebrar, sem prejuízo do disposto no artigo 290.º do CCP.

